



# SINOPSE SINTIUS

## Informativo do Sindicato dos Urbanitários

### 15/10/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

#### Prova de vida do INSS será feita no mês de aniversário

A prova de vida do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) vai passar a considerar o mês de aniversário dos beneficiários, segundo portaria publicada no Diário Oficial da União. A prova de vida continua suspensa até o final de 2021, ou seja, até dezembro o procedimento não é obrigatório e o INSS não pode fazer novos bloqueios nos benefícios. Mas o segurado que for ao banco pode realizar a atualização cadastral e as instituições financeiras são obrigadas a fornecer essa opção, segundo a portaria.

O INSS também estabeleceu um novo calendário com vencimentos da prova de vida a partir de janeiro de 2022 para beneficiários que estão há mais tempo sem fazer a atualização cadastral. Segundo a portaria, os beneficiários com vencimento da última comprovação de vida entre novembro de 2020 e dezembro de 2021 deverão realizá-la de forma escalonada. Na prática, os vencimentos que ocorreriam de outubro a dezembro deste ano passam a vencer em janeiro de 2022.

Segundo o INSS, se a prova de vida deveria ter sido feita até setembro de 2021, o segurado deve atualizar os dados para desbloquear o benefício.

Antes o critério para a exigência da prova de vida variava em cada banco, mas o vencimento costumava ocorrer em 12 meses após a realização do último recadastramento. Veja aqui os critérios e as opções de atendimento para fazer a prova de vida em cada banco.

A atualização deverá ser feita anualmente por segurados e beneficiários que recebem o pagamento por meio de cartão magnético, conta-corrente ou poupança, preferencialmente por atendimento eletrônico com uso de biometria, ou outro meio definido pelo INSS que assegure a identificação do beneficiário.

Saiba mais em: [agora.folha.uol.com.br](http://agora.folha.uol.com.br), sexta-feira 15 de outubro.

#### Comissão da Câmara aprova projeto de 14º salário a aposentados

Já aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 4367/2020, que prevê o pagamento do 14º salário para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), recebeu parecer favorável do relator da Comissão de Finanças e Tributação, Fábio Mitidieri (PSD-SE). Se aprovado pelos demais deputados desta comissão, seguirá para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), último passo antes de ser votado no plenário da Casa.

Mas, a proposta, que prevê o 14º dos aposentados em caráter excepcional, até 2023, pode tramitar mais rapidamente na Câmara e ser enviado para apreciação do Senado e, se aprovado, para sanção do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL). Caso haja vetos, o Congresso pode derrubá-los total ou parcialmente.

"Nesse contexto, o presente Projeto de Lei visa exatamente proporcionar um benefício temporário para esse grupo tão fragilizado da população", justificou o deputado no relatório.

No Senado, está tramitando outro projeto que prevê o pagamento do abono extra. É o projeto de Lei (PL) 3657/2020, do senador Paulo Paim (PT-RS), que teve origem em uma proposta de iniciativa popular de autoria do advogado Sandro Gonçalves, que contou com mais de 20 mil assinaturas em todo o país.

Saiba mais em: [CNTI](http://CNTI), sexta-feira 15 de outubro.

## Bolsonaro comemora chuva e diz que irá baixar bandeira da conta de luz de novembro

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou, na noite desta quinta-feira (14), que irá determinar ao ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) a volta ao normal da atual bandeira tarifária —que tem gerado aumento na conta de luz.

Durante um evento organizado pela igreja evangélica Comunidade das Nações, o mandatário comemorou ainda a chuva registrada em algumas regiões do país.

"Meu bom Deus nos ajudou agora com chuva. Estávamos na iminência de um colapso. Não podíamos transmitir pânico na sociedade. Dói a gente autorizar ao ministro Bento, das Minas e Energia, decretar a bandeira vermelha. Dói no coração, sabemos da dificuldade da energia elétrica. Vou pedir para ele —pedir não, determinar— que volte a bandeira ao normal a partir do mês que vem", declarou.

Embora o presidente tenha prometido a medida, ele não tem autonomia para tomar esta decisão. O órgão responsável por estabelecer as bandeiras tarifárias no Brasil é a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), mas, no caso da bandeira de escassez hídrica criada neste ano contra a crise, a decisão cabe à Creg (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética), presidida pelo ministro Bento.

Bolsonaro citou a modalidade vermelha, mas a bandeira tarifária atualmente em vigor no Brasil é a da "escassez hídrica". **Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 15 de outubro.**

## Risco de apagão ainda é desesperador, mas começou a diminuir

Lá por volta de junho, o público em geral soube que o nível d'água nos lagos das usinas hidrelétricas era tão baixo e ainda caíra tanto que o risco de racionamento estrito de eletricidade era desesperador —racionamento "estrito" quer dizer redução obrigatória de consumo. A situação continua desesperadora, mas está melhor do que o esperado em meados do ano.

O risco diminuiu porque planos funcionaram e os céus ajudaram um pouco. Mas estamos em emergência, que deve durar pelo menos até março ou abril de 2022, se der tudo certo. A conta de luz continuará salgada até lá, pelo menos, e a crise provoca um monte de problemas financeiros no setor elétrico, que continua com desordens crônicas.

A energia armazenada nas usinas de Sudeste e Centro-Oeste deve chegar no final de novembro a um nível menor do que o de novembro de 2020, segundo as previsões atuais. Por essas estimativas, devem baixar a um nível muito semelhante ao de novembro de 2014, quando também estivemos pela hora da morte em eletricidade e ano em que a cidade de São Paulo ficou a semanas ou dias da seca de água encanada. Por que Sudeste e Centro-Oeste? Porque 70% da capacidade máxima de armazenamento está nas hidrelétricas dessas regiões. "Energia armazenada" é o quanto de eletricidade dá para fazer com a água dos reservatórios, grosso modo.

Prevê-se agora que a capacidade dos reservatórios dessas regiões chegue a algo em torno de 16%, no final de novembro. A média dos sete anos ruins de 2014 a 2020 foi de 22,9%. Nos sete anos bons de 2005 a 2011, a média foi de 52%. A penúria atual é resultado de uma mistura de seca feia com esbulho de recursos naturais e de um setor elétrico que, em termos de regulação, preços etc. funciona à base de muita gambiarra.

O que atenuou o problema desde 2021? Têm dado certo as providências técnicas das autoridades do setor elétrico, que, para resumir toscamente um assunto muito enrolado, tem tirado leite de pedra —estamos no limite, não há folga e ainda é preciso adotar mais medidas heroicas nos próximos meses.

**Saiba mais em: Folha de São Paulo, Colunista: Vinicius Torres Freire, sexta-feira 15 de outubro.**